

Relatório e  
Contas  
2012

LOGO®



**Seguros LOGO, S.A.**

Sede: R. D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto  
Registo na Conservatória de Registo  
Comercial do Porto • NIPC: 508 278 600  
[www.logo.pt](http://www.logo.pt)



# Índice Geral

---

4	Órgãos Sociais
6	Relatório do Conselho de Administração
14	Demonstrações Financeiras
18	Demonstração do Rendimento Integral
20	Mapa de Variação de Capitais Próprios
22	Demonstração de Fluxos de Caixa
24	Anexo às Demonstrações Financeiras
52	Divulgação das Políticas de Remuneração
60	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

---

---

**01.** Órgãos Sociais

---

# 01. Órgãos Sociais

## Assembleia-Geral

### Presidente

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

### Secretário

Gustavo Alexandre Dinis Gomes Ferreira

## Conselho de Administração

### Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

### Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

## Conselho Fiscal

### Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

### Vogais

João de Faria Rodrigues

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

### Vogal Suplente

José Silva Duque

## Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

### Suplente

Soc. de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados



Peter de Brito e Cunha  
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente

## Conselho de Administração

---

02.

## Relatório do Conselho de Administração

---

## 02. Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respetivas Contas da Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) respeitantes ao exercício de 2012.

### 2.1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2012 ficou marcado pela desaceleração da atividade económica a nível global e pela contração do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas, o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China, e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro. Este último fator foi particularmente visível na primeira metade do ano, em função da instabilidade política e orçamental na Grécia e, também, de um contágio crescente da crise a economias como Espanha ou Itália.

#### 2.1.1. Situação Económica Internacional

Na Zona Euro, apesar da desaceleração da atividade económica e da contração do PIB, a segunda metade do ano foi, no entanto, marcada pela estabilização dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, neste caso expresso na diminuição significativa dos *spreads* dos títulos de dívida pública das economias da periferia face à Alemanha.

Para além de alguns progressos no sentido de uma maior integração financeira e orçamental, esta melhoria do sentimento resultou sobretudo da criação, por parte do BCE, das *Outright Monetary Transactions*, que abriram a possibilidade de compra ilimitada de dívida pública de economias da Zona Euro, em complemento a um eventual programa de assistência financeira formal do ESM (*European Stability Mechanism*).

A maior propensão ao risco a nível global resultou também dos efeitos de políticas monetárias fortemente expansionistas seguidas pelos principais bancos centrais, num contexto de pressões inflacionistas reduzidas. Destaca-se o reforço do *quantitative easing* por parte da Reserva Federal americana, com o chamado QE3, para além das *long term refinancing operations* do BCE e do *quantitative easing* dos Bancos Centrais de Inglaterra e do Japão.

Após um último corte de 25 bps em julho, o BCE manteve a principal taxa de juro de referência inalterada em 0,75% até ao final do ano. No conjunto de 2012, a Euribor a 3 meses caiu de 1,356% para 0,187% e o euro apreciou-se 1,8% face ao dólar, para EUR/USD 1,32.

Nos EUA o índice S&P500 valorizou-se 13,4%. Na Europa, os índices DAX e CAC40 registaram ganhos anuais de 29,1% e 15,2%, respetivamente. Embora com registos menos favoráveis no conjunto do ano (2,9% e -4,7%, respetivamente), os índices PSI-20 e IBEX registaram valorizações pronunciadas no 4º trimestre, 8,7% e 5,95%, respetivamente.

Refletindo o perfil de evolução do sentimento ao longo do ano, o preço do petróleo (Brent) registou uma queda entre o 1º e o 2º trimestres, de USD 123,8 para USD 97/barril, recuperando a partir do Verão e fechando o ano em USD 111,9/barril, o que representou uma subida de cerca de 4% face à cotação observada no final de 2011.

O PIB dos Estados Unidos cresceu 2% em 2012, o que significou uma ligeira aceleração face ao ano precedente, embora o comportamento da atividade se tivesse revelado irregular ao longo do ano. O consumo privado cresceu moderadamente, com uma melhoria tendencial do sentimento das famílias. O investimento produtivo revelou-se enfraquecido, refletindo baixos níveis de confiança dos empresários e uma elevada incerteza em relação ao quadro orçamental. As exportações evidenciaram um andamento relativamente animado nos primeiros seis meses do ano, perdendo dinamismo na segunda metade do ano, em particular devido à crise da Zona Euro.

Os efeitos não ocorreram apenas no comércio externo norte-americano, tendo as incertezas que perpassaram na região – envolvimento do setor privado no perdão da dívida grega, as eleições legislativas na Grécia, as eleições presidenciais francesas, a queda do governo holandês, a instabilidade no sistema financeiro espanhol e os rumores de um pedido de resgate deste país – contribuído seguramente para a apreciação do dólar durante o primeiro semestre e para a valorização dos *Treasuries* (vistos como ativo de refúgio). A maior estabilização da Zona Euro, após o forte empenhamento do BCE na defesa do euro, retirou fulgor ao dólar e interrompeu os ganhos no mercado de taxa fixa, na segunda metade do ano.

O mercado habitacional, uma das atividades mais penalizadas com a grande recessão, que deteriorou fortemente a riqueza das famílias e o consumo privado, conheceu, em 2012, sinais de recuperação. O mercado de trabalho, por sua vez, igualmente atrasado na recuperação, registou também melhorias, embora sem o dinamismo necessário que permita uma descida rápida da taxa de desemprego. Do 1º para 2º semestre, a criação líquida de emprego aumentou de 14 mil postos de trabalho em termos médios mensais, para 160 mil por mês, permitindo uma redução da taxa de desemprego de 8,3% para 7,8% da população ativa, entre o início e o final de 2012.

A ausência de uma retoma firme da atividade e a persistente resistência à descida rápida da taxa de desemprego conduziu a autoridade monetária a aprofundar a política expansionista, num contexto de expectativas inflacionistas bem contidas e num ano em que as eleições presidenciais condicionaram a ação da política fiscal. A Reserva Federal decidiu, em junho, prolongar até ao fim do ano a Operação *Twist*, de alongamento do prazo médio dos ativos na posse do seu balanço, garantindo a manutenção da taxa *fed funds* no intervalo entre 0% e 0,25%, até final de 2014.

#### 2.1.2. Situação Económica Nacional

Em Portugal, a conjuntura económica em 2012 ficou, sobretudo, marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro. A desalavancagem em curso no setor privado, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da atividade na Zona Euro, contribuiu para uma contração real do PIB de 3,2%, com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego para valores próximos de 16% da população ativa.

As despesas das famílias caíram 5,6%, refletindo a forte queda do rendimento disponível (3,6% em termos reais) e o aumento da poupança, para um valor ligeiramente acima de 11% do rendimento disponível. Num contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspetivas de evolução da atividade, os Agentes económicos retraíram as respetivas despesas e aumentaram as respetivas poupanças, motivados por um sentimento de precaução. O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente elevada (2,8% em termos médios anuais), pressionada pelo aumento dos impostos indiretos.

O investimento voltou, por sua vez, a registar uma forte queda, de 15,2% (13,8% no ano anterior), comum a todos os setores da economia. Este agregado foi penalizado não apenas por condições de financiamento

restritivas mas, também, por um recuo na procura de crédito por parte das famílias e empresas. O esforço de desalavancagem e, no caso das empresas, as perspetivas negativas para a procura, terão sido determinantes nesta evolução.

Embora seguindo uma tendência de desaceleração, em particular na parte final do ano, as exportações mantiveram um desempenho anual favorável, com um crescimento superior a 3% em termos reais. As vendas ao exterior foram, naturalmente, penalizadas pela conjuntura recessiva na Zona Euro (em particular, em Espanha), mas observaram crescimentos ainda elevados, de dois dígitos, para mercados exteriores à União Europeia.

Este desempenho, conjugado com uma forte quebra das importações (superior a 7%) e com um aumento da poupança interna, traduziu-se numa melhoria marcada do saldo externo, de 5,1% do PIB em 2011 para um excedente de 0,8% do PIB no final de 2012. Para esta evolução contribuíram todos os setores, com as famílias e o setor financeiro a aumentarem a respetiva capacidade líquida de financiamento e com as sociedades não financeiras e as Administrações Públicas a reduzirem as suas necessidades líquidas de financiamento.

O défice público deverá ter atingido um valor próximo da meta (revista) de 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto, em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA. A dívida pública manteve ainda uma tendência de subida, atingindo 120% do PIB, mais 12 p.p. do que em 2011.

As avaliações positivas da execução do programa de ajustamento e a ação estabilizadora do BCE contribuíram para uma melhoria gradual das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, expressa numa redução significativa das *yields* da dívida pública e dos *spreads* de crédito, bem como na reabertura dos mercados de dívida *wholesale* para empresas e bancos.

A rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu um máximo anual próximo de 17,4% no final de janeiro de 2012, tendo fechado o ano num valor próximo de 7% (e com a tendência de descida a manter-se no início de 2013). A maior abertura dos investidores externos à economia portuguesa refletiu-se, ainda, numa execução favorável do programa de privatizações, com receitas totais próximas de 5,5 mil milhões de euros, acima das expectativas.

### 2.1.3. Mercado Segurador

Depois da contração sem paralelo da produção de seguro direto em 2011, que recuou para um volume inferior ao de 2005, 2012 voltou a registar uma quebra, embora menos significativa, na produção de seguro direto. Os prémios emitidos ascenderam a 10 911 milhões de euros, o que representa uma quebra de 831 milhões de euros (-7,1%) em relação ao ano anterior.

A evolução negativa que se registou no mercado segurador deveu-se essencialmente à quebra verificada no ramo Vida, apesar da produção dos ramos Não Vida também ter registado uma variação negativa. Com prémios de 6 924 milhões de euros e uma taxa de variação de -8,9%, o segmento Vida voltou a perder peso no total da produção (de 74,5%, em 2010, para 64,7% em 2011 e 63,5% em 2012).

A queda do rendimento disponível dos particulares, com a consequente diminuição do volume da poupança, contribuiu para a quebra dos produtos com uma componente mais financeira e de poupança para a reforma. Os PPR, que para além destes fatores, também foram afetados pela redução dos incentivos fiscais, registaram uma produção inferior à do ano anterior em 14,1%. Os produtos de risco apresentaram uma evolução mais alinhada com o desempenho global da atividade económica (-2,0% em relação a 2011).

No segmento Não Vida também se registou um decréscimo da produção, tocando com maior intensidade alguns ramos mais sensíveis a variáveis macroeconómicas. O volume de prémios atingiu 3 987 milhões de euros (-3,8% em relação ao ano anterior) com destaque positivo para o ramo Saúde (+2,2%) demonstrando o crescente interesse dos consumidores por esse tipo de proteção. Também os ramos Multiriscos (+1,7%), em especial Habitação, continuaram a ver a sua produção aumentar, expressando uma crescente sensibilidade para a gestão dos riscos e para a proteção em tempos de incerteza.

Com uma queda assinalável na produção, o ramo Acidentes de Trabalho (-10,6%) refletiu a redução do emprego e a contenção da massa salarial da economia, mas também uma nova atenuação dos níveis tarifários médios. Também a produção do ramo Automóvel sofreu uma forte quebra (-5,4%) justificada pela necessidade de redução de custos das famílias e empresas e também pela redução do prémio médio potenciada pela pressão concorrencial existente.

O peso da atividade seguradora no PIB diminuiu de 6,86% em 2011 para 6,40% em 2012. O segmento Vida representa 4,06% do PIB e o Não Vida representa 2,34% (4,44% e 2,42% em 2011, respetivamente).

Apesar da redução da produção de seguros, e de acordo com as contas provisórias do setor segurador, os resultados líquidos do exercício foram muito positivos. O total do setor apresentou resultados antes de impostos de cerca de 876 milhões de euros, sobre o qual incidiu uma carga fiscal de perto de 334 milhões de euros (taxa efetiva superior a 38%) resultando um resultado líquido global perto dos 540 milhões de euros, que compara com os cerca de 10 milhões de euros alcançados em 2011.

Para este resultado muito contribuiu a recuperação dos mercados de capitais observada em 2012, sobretudo no segmento da dívida. A componente financeira terá atingido os 720 milhões de euros (313 milhões de euros em 2011) e a componente técnica os -180 milhões de euros (-303 milhões de euros em 2011). De notar que o resultado de 2012 está influenciado por uma operação extraordinária de cedência de uma carteira vida-risco no valor de 240 milhões de euros. Expurgando o efeito desta operação extraordinária o resultado global do setor ascenderia aos 380 milhões de euros.

O ramo Vida, mais sensível à volatilidade dos mercados financeiros, foi o mais beneficiado por tal evolução, apresentado um resultado da conta técnica superior ao do ano anterior em 800 milhões de euros.

Também o segmento Não Vida deu o seu contributo para a evolução positiva dos resultados em 2012, com um crescimento de 40 milhões de euros no resultado da conta técnica, beneficiado pela evolução positiva da componente financeira.

Foi neste contexto global que o mercado de seguro direto continuou a crescer, tendo registado um volume de prémios de 99,4 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 0,2% face a 2011.

O segmento direto continua a ser essencialmente constituído pelo ramo Automóvel, pelo que o desempenho do mesmo foi quase 6 pontos superior ao mercado total. Assim, a penetração no total de prémios do

ramo Automóvel aumentou dos cerca de 3% em finais de 2007 (antes do lançamento da LOGO), para cerca de 6% no final de 2012, duplicando em apenas 5 anos e demorando metade do tempo que havido sido necessário para alcançar os primeiros 3%.

Em 2012, a LOGO ocupa o 3º lugar entre as seguradoras de canal direto, com uma quota de mercado de 21,4% (23,6% em 2011), muito próximo do 2º lugar.

## 2.2. Factos Relevantes em 2012

Num contexto macroeconómico e concorrencial extremamente adverso, o exercício de 2012 fica marcado pela melhoria em mais de 30,3% do resultado líquido, função do enfoque colocado na rentabilização da operação.

Com efeito, a LOGO, fruto de uma estratégia clara, consistente e coerente, tem vindo a melhorar o seu desempenho a diversos níveis, aproximando-se cada vez mais do *break-even* da operação.

Assim, em 2012, assistiu-se ao reforço do segundo lugar da LOGO enquanto seguradora direta em termos de *Top of Mind* e de “Notoriedade Espontânea” (dados do BASEF de seguros). Por outro lado, reforçou a sua liderança enquanto marca “Mais Inovadora” e passou também a ser a marca com que os Clientes “Mais se identificam” (dados do BASEF de Seguros, no segmento seguros diretos, por ponto de quota).

Para este desempenho contribui certamente o lançamento do seguro de Saúde, o LOGO Saúde. Trata-se de uma oferta totalmente inovadora e diferenciadora a nível dos seguros de saúde em Portugal, sendo um seguro totalmente modular e que pode ser subscrito de forma independente por cada pessoa segura.

Adicionalmente, com este lançamento, a LOGO passou a ser a primeira seguradora direta a oferecer seguro de saúde e também a primeira e única com uma oferta integrada para um cliente particular, disponibilizando seguro Automóvel, Casa e Saúde. Mais uma vez, a LOGO afirmou-se como líder pela diferenciação, fazendo mais em apenas 5 anos do que os incumbentes em mais de 15 anos.

Ainda no que diz respeito à inovação, a introdução de serviços como o “Skype” e o “PayPal”, reforçaram a liderança tecnológica da LOGO.

Paralelamente, a LOGO continuou e aprofundou o esforço de otimização da operação, tanto a nível do rácio de sinistralidade, como do rácio de despesa.

A taxa de sinistralidade teve uma redução substancial (-14,4 p.p.), assente na redução das frequências, mas, sobretudo, na redução dos custos médios com sinistros, maioritariamente através do uso intensivo da rede de oficinas convencionadas que, de acordo com *benchmarks* disponíveis, alcançou valores que constituem as melhores práticas, ao mesmo tempo que aumentou a satisfação dos Clientes pelo nível e rapidez do serviço prestado.

Por outro lado, e apesar do esforço que o lançamento do LOGO Saúde representou, foi possível continuar a otimização dos custos de operação, o que permitiu uma redução adicional de -4,2% dos gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, depois da redução de -13,1% que tinha sido alcançada em 2011.

Finalmente, em 2012 foi efetuada a consolidação da plataforma de sistemas da LOGO, após a migração efetuada em 2011. Este facto permitiu dotar a empresa de processos mais ágeis a diversos níveis, críticos para assegurar a “entrega” da proposta de valor da LOGO, da forma mais eficaz e eficiente possível.

Integrando o Grupo Espírito Santo (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multi-especialista e multi-canal de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos.

A LOGO terminou o ano de 2012 com o capital social de 20 milhões de euros.

## 2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Atividade

	(milhares de euros)		
Principais Variáveis	2012	2011	VAR 12/11 %
<b>Balanço</b>			
Investimentos	17 199	17 395	-1,1
Ativo líquido	29 439	31 744	-7,3
Capital próprio	5 789	6 019	-3,8
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios brutos emitidos	21 255	23 356	-9,0
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	11 934	11 390	4,8
Custos com sinistros brutos	16 116	19 881	-18,9
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9 413	11 572	-18,7
Custos e gastos de exploração líquidos	6 607	5 635	17,2
Resultado da atividade financeira	750	256	193,0
Resultado líquido	-2 999	-4 300	30,3
<b>Indicadores (%)</b>			
Taxa de sinistralidade *	72,6	87,0	-14,40 p.p.
Gastos de exploração líquidos/ prémios brutos emitidos	31,1	24,1	7,00 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	-14,1	-18,4	4,30 p.p.
Rácio combinado bruto de resseguro	110,6	115,5	-4,90 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	118,5	117,0	1,50 p.p.
Rácio de solvência	103,5	105,5	-2,00 p.p.

\* Taxa de sinistralidade = (custos com sinistros com custos imputados/ prémios adquiridos).

## 2.4. A Atividade da LOGO em 2012

### 2.4.1. Prémios de Seguro Direto

O volume de prémios de seguro direto ascendeu a 21 255 milhares de euros em 2012, o que significa um decréscimo de 9,0% em relação a 2011 (i.e., diminuição da produção em 2 101 milhares de euros de prémios brutos emitidos), num mercado de canal direto que cresceu 0,2% em 2012.

O volume de prémios do ramo Automóvel foi fortemente influenciado pela conjuntura económica, que reduziu o rendimento das famílias, em especial no que diz respeito aos Danos Próprios. Por outro lado, o ramo Multirriscos cresceu 13,1% e, pela primeira vez, a Companhia apresentou prémios no ramo Saúde.

Face ao mercado de canal direto auto, a seguradora detém 21,4% da quota de mercado a dezembro 2012.

	(milhares de euros)		
Prémios Brutos Emitidos	2012	2011	VAR 12/11 %
<b>Acidentes e Doença</b>	<b>132</b>	-	-
Saúde	132	-	-
<b>Incêndio e Danos</b>	<b>216</b>	<b>191</b>	<b>13,1</b>
Multirriscos	216	191	13,1
<b>Automóvel</b>	<b>18 244</b>	<b>20 421</b>	<b>-10,7</b>
Automóvel danos próprios	4 039	4 851	-16,7
Automóvel RC	13 102	14 344	-8,7
Automóvel ocupantes	1 103	1 226	-10,0
<b>Diversos</b>	<b>2 663</b>	<b>2 744</b>	<b>-3,0</b>
Assistência em viagem auto	2 663	2 744	-3,0
<b>Total</b>	<b>21 255</b>	<b>23 356</b>	<b>-9,0</b>

## 2.4.2. Custos com Sinistros de Seguro Direto

Os custos com sinistros apresentaram uma variação homóloga de -3 765 milhares de euros (-18,9%), fruto das alterações na política de subscrição e ajustes nos *scorings*, do envelhecimento da carteira (incluindo a aplicação do princípio de não renovação por excesso de sinistralidade), de redução de custos médios e redução da frequência.

A taxa de sinistralidade, calculada através do rácio de custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos, situou-se em 72,6% (-14,4 p.p. do que em dezembro 2011).

	(milhares de euros)		
Custos com Sinistros	2012	2011	VAR 12/11 %
<b>Acidentes e Doença</b>	<b>33</b>	-	-
Saúde	33	-	-
<b>Incêndio e Danos</b>	<b>221</b>	<b>95</b>	<b>132,6</b>
Multirriscos	221	95	132,6
<b>Automóvel</b>	<b>15 862</b>	<b>19 786</b>	<b>-19,8</b>
Automóvel danos próprios	3 968	5 452	-27,2
Automóvel RC	11 769	14 215	-17,2
Automóvel ocupantes	125	119	5,0
<b>Total</b>	<b>16 116</b>	<b>19 881</b>	<b>-18,9</b>

## 2.4.3. Variação das Provisões Técnicas de Seguro Direto

A variação das provisões técnicas de seguro direto ascendeu a -1 284 milhares de euros, o que significa um aumento de 150 milhares de euros (+10,5%) face a 2011. Este resultado é consequência de uma menor libertação de fundos da provisão para riscos em curso que, com a consolidação da operação, tende para valores mais estáveis.

	(milhares de euros)		
Variação das Provisões Técnicas	2012	2011	VAR 12/11 %
Provisão prémios não adquiridos	-937	505	-285,5
Custos aquisição diferidos	187	-101	285,1
Provisão riscos em curso	-534	-1 838	70,9
<b>Total</b>	<b>-1 284</b>	<b>-1 434</b>	<b>10,5</b>

## 2.4.4. Resseguro Cedido

Em 2012, o saldo de resseguro cedido foi negativo em -1 758 milhares de euros, o que representou uma quebra de 1 420 milhares de euros comparativamente a 2011.

	(milhares de euros)		
Resseguro Cedido	2012	2011	VAR 12/11 %
<b>Acidentes e Doença</b>	<b>-4</b>	-	-
Saúde	-4	-	-
<b>Incêndio e Danos</b>	<b>-17</b>	<b>-14</b>	<b>21,4</b>
Multirriscos	-17	-14	-21,4
<b>Automóvel</b>	<b>654</b>	<b>1 934</b>	<b>-66,2</b>
Automóvel danos próprios	203	691	-70,6
Automóvel RC	787	1 608	-51,1
Automóvel ocupantes	-336	-365	7,9
<b>Diversos</b>	<b>-2 391</b>	<b>-2 258</b>	<b>-5,9</b>
Assistência em viagem auto	-2 391	-2 258	-5,9
<b>Total</b>	<b>-1 758</b>	<b>-338</b>	<b>-420,1</b>

## 2.4.5. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro foi positivo em 5 347 milhares de euros (2011: 5 150 milhares de euros), i.e., com um aumento de 3,8%, resultado de uma substancial redução de custos com sinistros (-3 867 milhares de euros do que no período homólogo), apesar da diminuição da receita acumulada, da variação das provisões técnicas e do saldo de resseguro.

De salientar que o saldo técnico de seguro direto aumentou 29,4%, para 7 104 milhares de euros (2011: 5 488 milhares de euros), sendo que se excluirmos desta análise a variação da provisão para riscos em curso, o aumento teria sido de cerca de 90%.

## 2.4.6. Custos e Gastos de Exploração

Os gastos de exploração líquidos, no montante de 6 607 milhares de euros, refletiram essencialmente os custos incorridos com publicidade e comunicação. Estas despesas de aquisição, relevantes para uma seguradora direta, continuam a apresentar um decréscimo, tendo reduzido 241 milhares de euros em relação a 2011.

No entanto, o total da rubrica de gastos de exploração exibe ainda um valor superior ao verificado no ano de 2011 em 17,2% (972 milhares de euros). Este comportamento é consequência da redução de comissões recebidas (-1 017 milhares de euros) pelas participações nos resultados de resseguro cedido, os quais apresentam um decréscimo de 1 420 milhares de euros.

	(milhares de euros)		
Gastos de Exploração Líquidos	2012	2011	VAR 12/11 %
Custos de aquisição	6 968	7 004	-0,5
Custos administrativos	1 436	1 445	-0,6
Comissões e part. nos resultados de resseguro	-1 797	-2 814	36,1
<b>Total</b>	<b>6 607</b>	<b>5 635</b>	<b>17,2</b>

## 2.4.7. Investimentos

No conjunto de 2012, os mercados financeiros acabaram por evidenciar um comportamento bastante favorável, acima da expectativa, considerando os riscos que se antecipavam e o ambiente de baixo crescimento económico global.

A crise de dívida soberana na Europa persistiu, propagando-se às economias do centro da Europa, tendo surgido inclusivamente receios quanto à continuidade do euro e manteve-se a incerteza quanto à condução da política fiscal nos EUA. Estes factos, em complemento com outros de cariz semelhante, originaram períodos de grande volatilidade que, no entanto, não impediram o forte desempenho dos ativos financeiros, sobretudo dos ativos de maior risco.

O suporte dos bancos centrais, através de políticas expansionistas e não convencionais, determinou a redução significativa dos riscos, o que acabou por potenciar a forte valorização dos ativos financeiros. Nos EUA, a Reserva Federal (*Fed*) voltou a implementar planos adicionais de compras de obrigações (*quantitative easing*) e a manter as expectativas de taxas de juro virtualmente nulas, até meados de 2015. Perto do final do ano, o *Fed* anunciou um reforço da postura expansionista da política monetária, ligando futuras decisões sobre as taxas de juro à taxa de desemprego (abaixo de 6,5%) e da taxa de inflação (expectativa de inflação até um horizonte temporal de 2 anos abaixo de 2,5%). Na zona euro, o Banco Central Europeu (BCE) implementou ao longo do ano medidas para combater a crise da dívida pública da Zona Euro, nomeadamente com o corte da taxa de juro para 0,75%, a cedência de liquidez aos bancos pelo prazo de três anos (LTRO's) efetuada em março e através do plano de compra de obrigações com maturidades até três anos (*Outright Monetary Transactions*) anunciado em setembro.

Nos mercados obrigacionistas, o ano de 2012 ficou novamente marcado pela crise da dívida Europeia. Em março, a Grécia efetuou com sucesso uma troca voluntária de obrigações detidas pelos credores privados de forma a diminuir o peso da dívida, com o objetivo de atingir um peso da dívida face ao PIB de 120% em 2020. Contudo, perto do final do ano este objetivo parecia difícil de atingir e foram acordadas taxas mais baixas e prazos mais alargados de pagamento dos empréstimos com os credores oficiais (União Europeia e Fundo Monetário Internacional), de forma a tornar sustentável a dívida do país a longo-prazo. Espanha também esteve sob o foco dos mercados, tendo em junho efetuado um pedido de apoio financeiro para recapitalizar o seu setor bancário. As necessidades apuradas foram de cerca de 54 mil milhões de Euros, um valor bastante abaixo dos 100 Mil Milhões inicialmente previstos, com a entidade Bankia a ser responsável por grande parte do esforço de recapitalização. Ao contrário da expectativa de início do segundo semestre, a recapitalização do setor financeiro espanhol evitou um pedido de resgate financeiro por parte do Reino de Espanha, com o país a conseguir financiar-se nos mercados de forma bem sucedida.

Os mercados acionistas tiveram um bom ano em 2012, apesar da crise da dívida Europeia e da fraca dinâmica económica na Europa. Os mercados apresentaram subidas semelhantes, com o índice Eurostoxx 50 (Europa) a subir cerca de 13%, registando efetivamente uma performance superior à dos EUA (S&P 500 +11%) que demonstraram ao longo do ano ter uma melhor dinâmica de atividade económica. Os mercados emergentes subiram 15% (índice MSCI *Emerging Markets*), beneficiando especialmente da procura por ativos com risco. Este comportamento similar entre as várias regiões é explicado, em grande parte, pelas políticas fortemente expansionistas dos bancos centrais que aumentaram fortemente a liquidez nos mercados financeiros, levando a rentabilidades positivas nas ações apesar do ambiente macroeconómico genericamente desfavorável.

Em 2013, o crescimento económico global deverá manter-se ligeiramente positivo. Os indicadores macroeconómicos, especialmente na Europa, deverão continuar a ser influenciados pelos processos de consolidação orçamental e pelo processo de desalanvacagem. O estreitamento significativo de *spreads*, especialmente nos países periféricos, em 2012 limita o retorno potencial em 2013.

Na LOGO, a estratégia de investimento implementada durante 2012, não sofreu alterações significativas face às implementadas no ano anterior. A política de investimentos centrou-se sobretudo no investimento em obrigações de taxa fixa e aplicações de curto prazo maximizando o retorno dos investimentos efetuados, privilegiando a solvabilidade financeira da empresa e consequentemente do grupo económico.

Dada a elevada incerteza macroeconómica registada no final de 2011, relativamente à zona euro, a empresa adotou uma estratégia ponderada durante o primeiro trimestre de 2012, privilegiando o investimento em aplicações de curto prazo, em depósitos a prazo, aproveitando as taxas de juro elevadas associadas aos mesmos, e em obrigações e bilhetes do tesouro com vencimento em 2012.

Este posicionamento foi, progressivamente, alterado ao longo do primeiro semestre. Neste período, a empresa participou ativamente no mercado primário, beneficiando do prémio atrativo das novas emissões. Em complemento, estendeu-se, ligeiramente, a maturidade da sua exposição a alguns emitentes, de modo a aproveitar a inclinação favorável da respetiva curva da dívida. Também, com estas operações foi possível mitigar o nível creditício da carteira de obrigações, através do investimento em emitentes *core*.

No final do primeiro semestre, com o agudizar da crise soberana de alguns países periféricos europeus, em particular da Espanha, o mercado de crédito entrou numa fase de maior volatilidade, tendo-se ajustado a estratégia da empresa em consonância. Deste modo, realizaram-se mais valias em títulos que tinham registado uma valorização significativa, sobretudo, aqueles que haviam sido emitidos já em 2012 em mercado primário. No primeiro semestre, foi efetuado um conjunto de transações, com o intuito de se proteger a carteira de uma fase de maior incerteza.

As declarações do presidente do BCE, de que o banco central faria o que fosse preciso para preservar o Euro, acompanhado de uma descida da taxa de juro para um mínimo histórico de 0,75%, deu um novo estímulo ao mercado, impulso que foi incrementado pelo terceiro programa de *Quantitative Easing* pela Reserva Federal nos EUA.

Neste ambiente de taxas de juro muito baixas e de suporte por parte dos bancos centrais, a procura por retornos atrativos, beneficiou particularmente os ativos de risco. Este ambiente, de apetência por risco, estendeu-se ao mercado obrigacionista que na sequência da forte queda das taxas de juro implícitas na dívida pública dos países periféricos, induziu a fortes ganhos no mercado de obrigações.

A empresa geriu ativamente, ao longo do ano, esta componente tendo realizado investimentos em títulos de emissores portugueses com liquidez e de dívida pública. Esta estratégia veio a revelar-se acertada, o que permitiu à empresa aumentar as mais valias realizadas e potenciais, particularmente devido aos ganhos conseguidos com a dívida pública portuguesa.

Simultaneamente, a estratégia de investimento continuou a manter um enfoque especial na gestão da liquidez, apesar da diminuição de exposição -26,0% (-639 milhares de euros). Ao longo do ano, a empresa manteve o nível de liquidez sustentadamente acima de 10%, do total da carteira. Com este procedimento tirou partido da alavancada remuneração existente nos depósitos a prazo, e utilizou-a, pontualmente, como medida de proteção face à volatilidade dos mercados financeiros.

A empresa diminuiu (-39,4%) a exposição a obrigações de taxa variável, facto decorrente das baixas taxas de juro do mercado monetário associadas. Esta diminuição foi compensada pelo incremento do investimento em obrigações de taxa fixa, em +5,2%. Adicionalmente, e como forma de proteção face a eventuais subidas de taxa de juro manteve-se a duração média das obrigações inferior a 4 anos. No final do ano, o *rating* médio da carteira de obrigações era de BBB, com significativa dispersão setorial.

	(milhares de euros)		
Ativos sob Gestão <sup>(1)</sup>	2012	2011	VAR 12/11 %
<b>Obrigações</b>	<b>12 854</b>	<b>12 711</b>	<b>1,1</b>
Taxa fixa	12 153	11 554	5,2
Taxa variável	701	1 157	-39,4
<b>Liquidez</b>	<b>1 823</b>	<b>2 462</b>	<b>-26,0</b>
<b>Total</b>	<b>14 677</b>	<b>15 173</b>	<b>-3,3</b>
Operações de reporte	2 077	922	125,3
Ativos a deter até à maturidade	2 019	2 469	-18,2

(1) Valores apurados numa ótica de gestão. Inclui operações de reporte e passivos financeiros.

A carteira de investimentos apresenta no final do ano um decréscimo de -496 milhares de euros (-3,3%), face a 2011. Esta evolução resulta essencialmente da necessidade de libertação de fundos para a atividade operacional, apesar do reforço das Prestações Acessórias no valor de 2 000 milhares de euros, verificado durante o ano.

Durante o ano, a empresa procedeu ao aumento do valor líquido em operações de reporte, tendo terminado o ano com um valor, alocado a estas operações, em cerca de 2 077 milhares de euros.

Na sequência da Norma Regulamentar N.º4/2011-R, de 2 de junho, emitida pelo ISP, a LOGO terminou o ano de 2012 com 2 019 milhares de euros (-18,2%), contabilizados na classe de Investimentos a deter até à maturidade.

(milhares de euros)			
Resultado da Atividade Financeira <sup>(1)</sup>	2012	2011	VAR 12/11 %
<b>Rendimentos</b>	<b>560</b>	<b>623</b>	<b>-10,1</b>
Títulos	560	623	-10,1
<b>Ganhos e Perdas</b>	<b>190</b>	<b>33</b>	<b>475,8</b>
Títulos	190	33	475,8
<b>Imparidades/ Reversão</b>	<b>-</b>	<b>-400</b>	<b>-100,0</b>
Títulos	-	-400	-100,0
<b>Total</b>	<b>750</b>	<b>256</b>	<b>193,0</b>

(1) Valores apurados numa ótica de gestão. Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro.

Os resultados financeiros, do ano de 2012, apresentam um crescimento homólogo de +494 milhares de euros (+193,0%). O ano de 2011 ficou marcado pelo registo de imparidade sob a dívida pública da Grécia, no valor de -400 milhares de euros. Em 2012, assistiu-se à obtenção de ganhos realizados na alienação de títulos, na ordem dos 190 milhares de euros (+475,8%), face a 2011. Relevo para o recuo dos rendimentos gerados, que apresentam um decréscimo -10,1%, em resultado da diminuição das taxas de juro e de uma carteira média de investimentos inferior.

A rentabilidade dos ativos médios sobre o resultado financeiro situou-se em 5,4% (2011: 1,6%). Se adicionarmos, a variação registada na Reserva de Justo Valor (+1.047 milhares de euros), a rentabilidade é de 12,8% (2011: 1,5%).

## 2.4.8. Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2012, os capitais próprios foram penalizados pelo registo de um resultado líquido do exercício de -2 999 milhares de euros.

No final do ano, a reserva de reavaliação, rubrica de ajustamentos no justo valor de ativos financeiros, apresentava um valor de -23 milhares de euros (uma variação de +1 047 milhares de euros em relação a 2011).

Foi efetuado um reforço do capital próprio, através do aumento de prestações acessórias realizadas no montante de 2 000 milhares de euros.

Assim, relativamente ao ano anterior, o capital próprio diminuiu em 230 milhares de euros, totalizando 5 789 milhares de euros em 2012.

A margem de solvência a 31 de dezembro de 2012 situou-se em 103,5% (105,5% em 2011).

(milhares de euros)			
Capital Próprio	2012	2011	VAR 12/11 %
Capital social	20 000	20 000	-
Outros instrumentos de capital	19 500	17 500	11,4
Reservas de reavaliação	-23	-1 070	97,9
Reserva por impostos diferidos	6	284	-97,9
Resultados transitados	-30 695	-26 395	-16,3
Resultado líquido	-2 999	-4 300	30,3
<b>Total</b>	<b>5 789</b>	<b>6 019</b>	<b>-3,8</b>

De referir que, os atuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da atividade seguradora se encontrar ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência mencionados.

## 2.4.9. Gestão de Risco, Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2012, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Prevê-se, no entanto que esta Diretiva possa ser substancialmente alterada, quer no seu âmbito, quer ainda na data limite de transposição, com a publicação da Diretiva *Omnibus II* durante o ano 2013.

Pese embora tal facto, no decurso do ano 2012, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Desenvolvimento de ferramentas de cálculo de capital económico numa base *standard*;
- Participação ativa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Análise, sistematização e divulgação interna de *pre-consultation papers*, destacando-se os documentos referentes aos *Quantitative Report Templates (QRT)*, *Own Risk and Solvency Assessment (ORSA)* e *Solvency Financial Condition Report (SFCR)*;
- Revisão e atualização do sistema de controlo interno, com o respetivo mapeamento dos processos, riscos, controlo e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, a política de controlos e gestão de acessos e a política de gestão de investimentos;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através dos mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas e desenvolvimento de procedimentos adicionais de controlo do risco operacional relacionado com a fraude.

Em matéria de Solvência II foi ainda efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

## 2.5. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido da Companhia em 2012 foi negativo no montante de 2 999 033,40 euros que, nos termos da alínea b) do art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe que seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

## 2.6. Objetivos para 2013

O contexto macroeconómico continuará a marcar (e a condicionar) os objetivos para 2013, cujo enfoque principal continuará a ser a rentabilização da operação, com vista à obtenção do *break-even*.

Neste contexto, em termos comerciais, os objetivos estarão centrados no aumento do reconhecimento da oferta diversificada da LOGO, com vista a aumentar os níveis de *cross-selling* já alcançados em 2012 nas novas vendas, aumentando a penetração de outros produtos que não o Auto na carteira, constituindo a primeira oferta *triple-play* nos seguros diretos. Ao mesmo tempo, será aprofundado o programa de retenção, eixo prioritário e essencial à rentabilização da operação.

Por outro lado, em 2013 será continuado e finalizado o programa de eficiência, com elevado enfoque na otimização dos custos médios de sinistros, mas também com a otimização de todos os restantes custos da Companhia. Com efeito, muitas das medidas já adotadas só terão um impacto total em 2013, sendo que existem ainda algumas medidas a lançar em 2013.

Em 2013, é ainda objetivo da LOGO continuar e reforçar a sua liderança e diferenciação a nível tecnológico e de inovação, existindo vários projetos em curso a esse nível.

Finalmente, este ano constituirá também um marco a nível da qualidade de serviço. Assim, depois de todas as alterações estruturais levadas a cabo em 2011 e consolidadas em 2012, em 2013 a LOGO tem como objetivo, por exemplo, a certificação das suas atividades e processos, nomeadamente dos seus *call centers*.

Estes objetivos visam o cumprimento da missão da LOGO, i.e., (i) continuar a garantir a prestação de um serviço de excelência aos seus Clientes, oferecendo-lhes uma proposta de valor baseada na simplicidade e facilidade, com poupança, e (ii) proporcionar aos acionistas um retorno de capital adequado.

## 2.7. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Acionista, face ao empenho e dedicação dos seus Colaboradores, bem como à imprescindível colaboração prestada pela Tranquilidade, no desenvolvimento da LOGO.

Registamos igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 5 de março de 2013

## O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
(Vogal do Conselho Administração)

António Miguel Natário Rio-Tinto  
(Vogal do Conselho Administração)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
(Vogal do Conselho Administração)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
(Vogal do Conselho Administração)

---

**03.** Demonstrações  
Financeiras

---

## 03. Demonstrações Financeiras

### Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

ATIVO	Notas de Anexo	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	603		603	677
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	10 835		10 835	10 242
<b>Empréstimos e Contas a Receber</b>		<b>4 345</b>		<b>4 345</b>	<b>4 684</b>
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	3 381		3 381	2 706
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros	6	964		964	1 978
Investimentos a deter até à maturidade	6	2 019		2 019	2 469
<b>Terrenos e Edifícios</b>					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros ativos tangíveis	10	333	-180	153	186
Inventários					
Goodwill					
Outros ativos intangíveis	12	3 611	-1 651	1 960	2 327
<b>Provisões Técnicas de Resseguro Cedido</b>		<b>7 936</b>		<b>7 936</b>	<b>8 297</b>
Provisão para prémios não adquiridos	4	2 521		2 521	3 247
Provisão para sinistros	4	5 415		5 415	5 050
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
<b>Outros Devedores por Operações de Seguros e outras Operações</b>		<b>1 525</b>	<b>-148</b>	<b>1 377</b>	<b>2 294</b>
Contas a receber por operações de seguro direto	13	892	-148	744	654
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	280		280	1 008
Contas a receber por outras operações	13	353		353	632
<b>Ativos por Impostos</b>		<b>109</b>		<b>109</b>	<b>336</b>
Ativos por impostos correntes	24	103		103	52
Ativos por impostos diferidos	24	6		6	284
Acréscimos e diferimentos	13	102		102	232
Outros elementos do ativo					
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Total Ativo</b>		<b>31 418</b>	<b>-1 979</b>	<b>29 439</b>	<b>31 744</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR-GERAL  
José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

## Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
<b>Passivo</b>			
<b>Provisões Técnicas</b>		<b>18 753</b>	<b>20 064</b>
Provisão para prémios não adquiridos	4	5 691	6 441
<b>Provisão para Sinistros</b>		<b>11 178</b>	<b>11 205</b>
De vida			
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	4	11 178	11 205
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade			
Provisão para riscos em curso	4	1 884	2 418
Outras provisões técnicas			
<b>Outros Passivos Financeiros</b>		<b>3 041</b>	<b>2 965</b>
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5	3 041	2 965
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
<b>Outros Credores por Operações de Seguros e outras Operações</b>		<b>676</b>	<b>1 454</b>
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	30	16
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	317	619
Contas a pagar por outras operações	13	329	819
<b>Passivos por Impostos</b>		<b>437</b>	<b>471</b>
Passivos por impostos correntes	24	437	471
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	743	771
Outras Provisões			
Outros Passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
<b>Total Passivo</b>		<b>23 650</b>	<b>25 725</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	25	20 000	20 000
(Ações Próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	19 500	17 500
<b>Reservas de Reavaliação</b>		<b>-23</b>	<b>-1 070</b>
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-23	-1 070
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	6	284
Outras reservas			
Resultados transitados		-30 695	-26 395
Resultado do exercício		-2 999	-4 300
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>5 789</b>	<b>6 019</b>
<b>Total Passivo e Capital Próprio</b>		<b>29 439</b>	<b>31 744</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR-GERAL  
José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

# Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	31 de Dezembro de 2012				31 de Dezembro de 2011
	Notas do Anexo	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios adquiridos Líquidos de Resseguro</b>		<b>11 934</b>		<b>11 934</b>	<b>11 390</b>
Prémios brutos emitidos	14	21 255		21 255	23 356
Prémios de resseguro cedido	14	-9 532		-9 532	-11 758
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	937		937	-505
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-726		-726	297
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15				
<b>Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro</b>	<b>4</b>	<b>9 413</b>		<b>9 413</b>	<b>11 572</b>
Montantes pagos		9 900		9 900	10 057
Montantes brutos		16 238		16 238	17 002
Parte dos resseguradores		-6 338		-6 338	-6 945
Provisão para sinistros (variação)		-487		-487	1 515
Montante bruto		-122		-122	2 879
Parte dos resseguradores		-365		-365	-1364
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-534		-534	-1838
<b>Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro</b>					
Montante bruto					
Parte dos resseguradores					
Participação nos resultados, líquida de resseguro					
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>	<b>21</b>	<b>6 607</b>		<b>6 607</b>	<b>5 635</b>
Custos de aquisição		6 781		6 781	7 105
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	187		187	-101
Gastos administrativos		1 436		1 436	1 445
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 797		-1 797	-2 814
<b>Rendimentos</b>	<b>16</b>	<b>589</b>		<b>589</b>	<b>644</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		589		589	644
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros					
<b>Gastos Financeiros</b>	<b>16</b>	<b>40</b>		<b>40</b>	<b>32</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		40		40	32
<b>Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas</b>	<b>17</b>	<b>190</b>		<b>190</b>	<b>33</b>
De ativos disponíveis para venda		190		190	25
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					8
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
<b>Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas</b>					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Diferenças de câmbio					
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)</b>			<b>-3</b>	<b>-3</b>	<b>-475</b>
De ativos disponíveis para venda	6				-400
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		-3	-3	-75
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-184		-184	-95
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/ gastos	20		10	10	-384
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
<b>Resultado Líquido Antes de Impostos</b>		<b>-2 997</b>	<b>7</b>	<b>-2 990</b>	<b>-4 288</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-9	-9	-12
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>-2 997</b>	<b>-2</b>	<b>-2 999</b>	<b>-4 300</b>
<b>Resultado por Ação (em euros)</b>	<b>27</b>			<b>-0,75</b>	<b>-1,08</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR-GERAL  
José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

---

04.

## Demonstração do Rendimento Integral

---

## 04. Demonstração do Rendimento Integral

### Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	-2 999	-4 300
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	1 047	-25
Variação dos impostos correntes e diferidos	-278	7
<b>Total do Rendimento Integral</b>	<b>-2 230</b>	<b>-4 318</b>

---

**05.** Mapa de Variação  
de Capitais Próprios

---

## 05. Mapa de Variação de Capitais Próprios

### Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

	Outros Instrumentos de Capital		Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas			
<b>Balanço a 1 de Janeiro 2011</b>	<b>20 000</b>	<b>12 400</b>	<b>-1 045</b>	<b>277</b>	-	-	<b>-18 407</b>	<b>-7 988</b>	<b>5 237</b>
Aumentos/reduções de capital	-	5 100	-	-	-	-	-	-	5 100
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-25	7	-	-	-	-	-18
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-7 988	7 988	-
<b>Total das Variações do Capital Próprio</b>	<b>-</b>	<b>5 100</b>	<b>-25</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-7 988</b>	<b>7 988</b>	<b>5 082</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-4 300	-4 300
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2011</b>	<b>20 000</b>	<b>17 500</b>	<b>-1 070</b>	<b>284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-26 395</b>	<b>-4 300</b>	<b>6 019</b>
Aumentos/reduções de capital	-	2 000	-	-	-	-	-	-	2 000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1 047	-278	-	-	-	-	769
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-4 300	4 300	-
<b>Total das Variações do Capital Próprio</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>	<b>1 047</b>	<b>-278</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-4 300</b>	<b>4 300</b>	<b>2 769</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-2 999	-2 999
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2012</b>	<b>20 000</b>	<b>19 500</b>	<b>-23</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-30 695</b>	<b>-2 999</b>	<b>5 789</b>

---

**06.** Demonstração  
de Fluxos de Caixa

---

## 06. Demonstração de Fluxos de Caixa

### Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais</b>	<b>-889</b>	<b>-3 710</b>
Resultado líquido do exercício	-2 999	-4 300
Depreciações e amortizações do exercício	767	634
Variação das provisões técnicas de seguro direto	-1 311	1 482
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	361	-1 661
Variação de empréstimos e contas a receber	1 014	-1 978
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	917	-527
Variação de outros ativos e passivos por impostos	193	3
Variação de outros ativos e passivos	947	2 377
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-778	260
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento</b>	<b>-1 185</b>	<b>-795</b>
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	-1 173	289
Juros	580	668
Variação nos ativos a deter até à maturidade	450	-2 469
Variação em outros depósitos	-675	2 512
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-367	-1 795
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento</b>	<b>2 000</b>	<b>5 100</b>
Distribuição de dividendos	-	-
Subscrição de capital/ Prestações acessórias	2 000	5 100
<b>Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem</b>	<b>-74</b>	<b>595</b>
Caixa e equivalentes no início do período	677	82
Caixa e equivalentes no fim do período	603	677

---

07.

# Anexo às Demonstrações Financeiras

---

# 07. Anexo às Demonstrações Financeiras

## Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

### Nota 1 – Informações Gerais

A Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) foi constituída em finais de 2007, é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e iniciou a atividade em 01 de janeiro de 2008, tendo o lançamento comercial da operação sido efetuado a 14 de janeiro do mesmo ano.

A Companhia tem sede social na Rua D. Manuel II, 290, no Porto, estando registada com o NIPC 508278600 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto sob o mesmo número.

Exerce a atividade de seguros em Portugal sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1 175, de novembro de 2007.

Desde o lançamento, em janeiro de 2008, que a LOGO comercializa o ramo Automóvel, sendo que em dezembro de 2009 iniciou a comercialização do ramo Multirrisco. Em abril de 2012 passou igualmente a comercializar o ramo Saúde.

A LOGO tem como objetivo explorar o segmento de canais diretos (telefone e internet), atuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários, através de uma proposta de valor assente na simplicidade, rapidez e inovação.

As Notas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

### Nota 2 – Informação por Segmentos

Até ao momento, a LOGO explora os ramos de seguro Automóvel, Multirrisco e Saúde, para os quais foi autorizada pelo ISP, e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, para particulares, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato são os das linhas de negócio para os quais a Companhia tem ao dispor dos seus Clientes produtos e soluções, e estão, naturalmente, relacionados com o segmento Automóvel, Multirrisco e Saúde.

A LOGO optou por ter produtos pré-definidos, que vão de encontro às necessidades dos Clientes alvo identificados, simplificando fortemente o processo de escolha, disponibilizando neste momento quatro produtos para Automóveis (LOGO Light, LOGO Topping, LOGO Safe e LOGO Max), um produto para Motociclos (LOGO Moto), um produto para Multirrisco, com possibilidade de proteção do imóvel e/ ou recheio (LOGO Casa), e ainda um produto para Saúde, que inclui 6 módulos totalmente independentes entre si (LOGO Saúde).

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, segmentada pelas linhas de negócio mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2012	Total Não Vida	Doença	IOD	Automóvel	Diversos
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos	21 255	132	216	18 244	2 663
Prémios de resseguro cedido	-9 532	-4	-17	-7 248	-2 263
Prémios brutos adquiridos	22 192	82	188	19 169	2 753
Resultado dos investimentos	739	3	14	685	37
Custos com sinistros brutos	16 116	33	221	15 862	-
Custos de exploração brutos	8 404	697	99	6 857	751
Resultado técnico	-2 997	-655	-244	-1 785	-313
<b>Rubricas de Balanço</b>					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	24 171	94	460	22 417	1 200
Provisões técnicas	18 753	73	357	17 392	931

(milhares de euros)

2011	Total Não Vida	Doença	IOD	Automóvel	Diversos
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos	23 356	-	191	20 421	2 744
Prémios de resseguro cedido	-11 758	-	-14	-9 274	-2 470
Prémios brutos adquiridos	22 851	-	177	20 164	2 510
Resultado dos investimentos	244	-	1	230	13
Custos com sinistros brutos	19 881	-	95	19 786	-
Custos de exploração brutos	8 449	-	79	7 694	676
Resultado técnico	-3 829	-	-12	-3 399	-418
<b>Rubricas de Balanço</b>					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	25 170	-	173	23 677	1 320
Provisões técnicas	20 064	-	138	18 874	1 052

### Nota 3 – Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

#### Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da LOGO agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2012, a LOGO adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a LOGO adotou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a LOGO ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 5 de março de 2013.

## Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valori-métricos Adotados

### Ativos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

## Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

## Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

## Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a Clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

## Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

## Ativos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

## Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

## Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a LOGO cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro cedido.

## Benefícios aos empregados

### Bónus

As remunerações variáveis dos Colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

## Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

## Outros benefícios

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes que têm impacto nas demonstrações financeiras da LOGO: (i) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

## Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

## Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

## Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

## Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

## Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

## Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou

um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

## Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

## Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada de valores de mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

## Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

### Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

#### Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

#### Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

#### Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

#### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

#### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros

ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada a partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, e por uma análise atuarial tendo em conta as características específicas do negócio, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício.

### Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

### Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

### Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Balanço	2012			2011		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	50	10	40	-	-	-
Incêndio e outros danos	132	26	106	104	21	83
Automóvel	5 998	1 200	4 798	6 923	1 384	5 539
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	934	187	747	1 024	205	819
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7 114</b>	<b>1 423</b>	<b>5 691</b>	<b>8 051</b>	<b>1 610</b>	<b>6 441</b>

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2012			2011		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	50	10	40	-	-	-
Incêndio e outros danos	28	5	23	14	3	11
Automóvel	-925	-184	-741	257	51	206
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-90	-18	-72	234	47	187
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-937</b>	<b>-187</b>	<b>-750</b>	<b>505</b>	<b>101</b>	<b>404</b>

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	1 727	2 325	-598	85
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	794	922	-128	212
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 521</b>	<b>3 247</b>	<b>-726</b>	<b>297</b>

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	27	-	27	-
Incêndio e outros danos	144	53	91	42
Automóvel	11 007	11 152	-240	2 837
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 178</b>	<b>11 205</b>	<b>-122</b>	<b>2 879</b>

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1 300 milhares de euros (2011: 1 463 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR) e inclui ainda uma estimativa no montante de 548 milhares de euros (2011: 616 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2011 (1)	Sinistros* Pagos em 2012 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)+(1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	53	36	30	13
Automóvel				
Responsabilidade civil	9 136	5 193	3 696	-247
Outras coberturas	2 016	1 356	346	-314
Marítimo, aéreo e transpostes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 205</b>	<b>6 585</b>	<b>4 072</b>	<b>-548</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores.

No ramo Automóvel os reajustamentos resultam de uma redistribuição dos custos com sinistros por ano de ocorrência. Os restantes reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	5 415	5 050	365	1 364
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5 415</b>	<b>5 050</b>	<b>365</b>	<b>1 364</b>

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 123 milhares de euros (2011: 626 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2012 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Acidentes e doença	6	-	27	33
Incêndio e outros danos	118	12	91	221
Automóvel				
Responsabilidade civil	11 287	510	-28	11 769
Outras coberturas	4 146	159	-212	4 093
Marítimo, aéreo e transpostes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15 557</b>	<b>681</b>	<b>-122</b>	<b>16 116</b>
Resseguro aceite	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>15 557</b>	<b>681</b>	<b>-122</b>	<b>16 116</b>

A discriminação dos custos com sinistros 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	47	6	42	95
Automóvel				
Responsabilidade civil	11 595	413	2 207	14 215
Outras coberturas	4 781	160	630	5 571
Marítimo, aéreo e transpostes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16 423</b>	<b>579</b>	<b>2 879</b>	<b>19 881</b>
Resseguro aceite	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>16 423</b>	<b>579</b>	<b>2 879</b>	<b>19 881</b>

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	6	-	6	-
Incêndio e outros danos	107	2	105	2
Automóvel	1 587	2 183	-596	-1 847
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	184	233	-49	7
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 884</b>	<b>2 418</b>	<b>-534</b>	<b>-1 838</b>

O cálculo da Provisão para riscos em curso do ramo Saúde, foi alvo de um procedimento extraordinário, solicitado pela Companhia e devidamente aprovado pelo ISP, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular do lançamento de um novo ramo, originando uma necessidade de constituição de provisão menor.

Para tal, foram considerados determinados ajustamentos na consideração das despesas operacionais e de aquisição, que apresentam em 2012 valores anormalmente elevados em termos proporcionais aos prémios, e que em nada representam riscos associados, caso de um ramo em exploração *on going* se tratasse.

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à variação da provisão para riscos em curso de seguro direto.

## Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão de apólice e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, comparando os custos efetivos com estimativas anteriores é como segue:

	(milhares de euros)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos	1 723	4 172	8 246	11 135	11 013
Pagamentos acumulados					
Um ano depois	1 004	3 192	5 025	6 585	
Dois anos depois	1 074	3 500	6 117		
Três anos depois	1 084	3 852			
Quatro anos depois	1 098				
Estimativa final de custos com sinistros					
Um ano depois	1 629	4 963	9 901	10 657	
Dois anos depois	1 842	5 295	9 042		
Três anos depois	2 001	4 970			
Quatro anos depois	1 856				
Excedente/ (défice) acumulado	-133	-798	-796	478	

A LOGO pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. O programa de resseguro em 2012, foi constituído para o ramo de Automóvel por um tratado em Quota-parte e por três tratados em Excedente de Perdas, para o ramo de Assistência e Saúde por um tratado em Quota-parte e para o ramo Multirrisco por quatro tratados em Excedente de Perdas, conforme o quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Automóvel (responsabilidade civil e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupantes)	Quota parte
Assistência	Quota parte
Saúde (assistência)	Quota parte
Multirrisco (cob. catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco (cob. agregada)	Excesso de perdas (XL)

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Custos com sinistros	Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-1 521	-1 643
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-927	-885

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

## Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

### Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela LOGO, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro, pelo que dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

### Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático

é considerado no risco de concentração. Dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

### Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário, porém dado que a LOGO não detém quaisquer imóveis como sua propriedade, não existe exposição a este risco.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, encontra-se sobretudo nos títulos de rendimento fixo.

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2012	2011
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	442	332
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-419	-314

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2012	2011
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-29	-6
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	29	6

### Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco.

(milhares de euros)

Rating	2012		2011	
	%	Valor	%	Valor
AAA	4%	499	4%	456
AA	-	-	11%	1 419
A	7%	915	39%	5 018
BBB	30%	3 863	24%	3 007
BB	51%	6 578	21%	2 699
B	8%	999	-	-
CCC	-	-	1%	112
Unrated	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>12 854</b>	<b>100%</b>	<b>12 711</b>

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2012			2011		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	-	-	-	-	-	-
Comunicações	13%	1 621	-	5%	608	-
Bens consumíveis (cíclico)	4%	500	-	-	-	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	5%	633	-	7%	959	-
Energia	2%	261	-	-	-	-
Financeiro	33%	4 294	-	33%	4 301	-
Fundos	-	-	-	-	-	-
Dívida pública	28%	3 538	-	44%	5 824	-400
Industrial	4%	535	-	-	-	-
Medicina	-	-	-	-	-	-
Tecnologia	-	-	-	-	-	-
Serviços públicos/ coletivos	11%	1 472	-	11%	1 419	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>12 854</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>13 111</b>	<b>-400</b>

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

## Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

2012	(milhares de euros)					Total
	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	
Ativos financeiros	2 592	2 066	3 597	7 556	3 368	19 179
Passivos financeiros	30	646	3 041	-	-	3 717
<b>Líquido</b>	<b>2 562</b>	<b>1 420</b>	<b>556</b>	<b>7 556</b>	<b>3 368</b>	<b>15 462</b>

2011	(milhares de euros)					Total
	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	
Ativos financeiros	846	9 298	850	6 470	2 902	20 366
Passivos financeiros	295	4 124	-	-	-	4 419
<b>Líquido</b>	<b>551</b>	<b>5 174</b>	<b>850</b>	<b>6 470</b>	<b>2 902</b>	<b>15 947</b>

## Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de Mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e efetuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

## Risco operacional e risco reputacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na LOGO face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na LOGO para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a LOGO se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a LOGO apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

### Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da LOGO (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar

que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na LOGO encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a LOGO dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

### Solvência

A LOGO monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº6/2007-R, de 27 de abril, do ISP e o cálculo da respetiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>3 829</b>	<b>3 692</b>
<b>Margem de Solvência a Constituir</b>	<b>3 700</b>	<b>3 500</b>
Resultado na ótica dos prémios	2 282	2 280
Resultado na ótica dos sinistros	2 624	2 100
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	3 700	3 500
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 500
<b>Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência</b>	<b>129</b>	<b>192</b>
<b>Taxa de Cobertura da Margem de Solvência</b>	<b>103%</b>	<b>105%</b>

### Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

### Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, embora reflitam as condicionantes e efeitos naturais inerentes ao quinto ano de atividade da empresa, revelam melhorias nos seus valores, relativamente ao período homólogo, evidenciando uma evolução geral positiva, principalmente no rácio de sinistros.

## Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2 000	3 421
De outros emissores	8 835	6 821
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
<b>Valor de Balanço</b>	<b>10 835</b>	<b>10 242</b>

Estão incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Ativos disponíveis para venda, no valor de 1 724 milhares de euros (2011: 2 363 milhares de euros).

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	3 862	-41	-400	3 421
De outros emissores	7 685	-864	-	6 821
Ações	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>11 547</b>	<b>-905</b>	<b>-400</b>	<b>10 242</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	2 008	-8	-	2 000
De outros emissores	8 733	102	-	8 835
Ações	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>10 741</b>	<b>94</b>	<b>-</b>	<b>10 835</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>400</b>	-
Dotações do exercício	-	400
Anulações do exercício por venda de ativos	-400	-
Reversões do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>-</b>	<b>400</b>

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	400
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>400</b>

(%)

	2012	2011
Rácio de sinistralidade <sup>a)</sup>	71,0%	79,4%
Rácio de aquisição <sup>b)</sup>	32,8%	30,0%
Rácio administrativo <sup>c)</sup>	6,8%	6,2%
<b>Rácio Combinado</b>	<b>110,6%</b>	<b>115,6%</b>

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos)/ Prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ Prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ Prémios brutos emitidos.

## Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Contas a receber	53	60
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-8	-8
<b>Total Líquido</b>	<b>45</b>	<b>52</b>

## Nota 5 - Outros Passivos Financeiros

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Outros passivos financeiros		
Acordos de recompra - valores a pagar	3 041	2 899
Outros	-	66
<b>Valor de Balanço</b>	<b>3 041</b>	<b>2 965</b>

Os valores de Outros passivos em 2011 dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira otimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados.

## Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 835	10 242
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	3 381	2 706
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	2 019	2 469
<b>Total Participações e Instrumentos Financeiros</b>	<b>16 235</b>	<b>15 417</b>

## Investimentos a Deter até à Maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 538	2 003
De outros emissores	481	466
<b>Valor de Balanço</b>	<b>2 019</b>	<b>2 469</b>
Valor de balanço (sem juro decorrido)	1 987	2 436
Valor de aquisição	1 964	2 404
Valor de mercado	2 090	1 983

Estão incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 1 517 milhares de euros (2011: 961 milhares de euros).

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	(milhares de euros)		
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	2 003	-	2 003
De outros emissores	466	-	466
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>2 469</b>	<b>-</b>	<b>2 469</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	1 538	-	1 538
De outros emissores	481	-	481
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>2 019</b>	<b>-</b>	<b>2 019</b>

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 2 407 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	(milhares de euros)									
	Na Data de Transferência									
	Reserva de Justo Valor									
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Positiva	Negativa	Valor dos Cash Flows Futuros (a)	Taxa Efetiva (b)	Valor de Mercado (final do exercício)	Reserva de Justo Valor Amortizada Acumulada (final do exercício)		
						2011	2012	2011	2012	
De ativos financeiros disponíveis para venda	2 588	2 407	-	-213	2 987	6,7%	1 983	2 090	-48	-97

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, seria o seguinte:

		(milhares de euros)	
		2012	2011
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>			
Impacto no capital próprio			
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		71	-485
- Reserva por impostos diferidos		-21	140
<b>Total Líquido</b>		<b>50</b>	<b>-345</b>

## Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia tem ainda registado, em 31 de dezembro de 2012, 964 milhares de euros de valores a receber referentes a operações de acordos de revenda (2011: 1 978 milhares de euros).

## Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

		(milhares de euros)			
		2012		2011	
Ramos/ Grupos de Ramos		Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		603	603	677	677
Empréstimos e contas a receber		4 345	4 345	4 684	4 684
Investimentos a deter até à maturidade		2 090	2 019	1 983	2 469
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		1 377	1 377	2 294	2 294
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>8 415</b>	<b>8 344</b>	<b>9 638</b>	<b>10 124</b>
Outros passivos financeiros		3 041	3 041	2 965	2 965
Outros credores por operações de seguros e outras operações		676	676	1 454	1 454
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>3 717</b>	<b>3 717</b>	<b>4 419</b>	<b>4 419</b>

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço, com exceção dos Investimentos a deter até à maturidade em que o justo valor foi determinado com base em cotações de mercado.

## Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

		(milhares de euros)			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>2012</b>					
Títulos e unidades de participação		-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável		-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		12 854	-	-	12 854
<b>Total</b>		<b>12 854</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 854</b>

		(milhares de euros)			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>2011</b>					
Títulos e unidades de participação		-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável		-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		12 711	-	-	12 711
<b>Total</b>		<b>12 711</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 711</b>

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

## Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

		(milhares de euros)					
		31 de Dezembro de 2012					
Emitente / Carteira		Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média %	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
<b>Portugal</b>							
Ativos financeiros disponíveis para venda		497	497	13	4,2%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade		1 538	1 583	-	3,7%	3	1
		<b>2 035</b>	<b>2 080</b>	<b>13</b>	<b>3,8%</b>	<b>2</b>	
<b>Grécia</b>							
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-	-
<b>Irlanda</b>							
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-	-
		<b>2 035</b>	<b>2 080</b>	<b>13</b>			

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2011					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média %	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	2 003	1 576	-	2,8%	3	1
	<b>2 003</b>	<b>1 576</b>	<b>-</b>	<b>2,8%</b>	<b>3</b>	
<b>Grécia</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	112	112	-	6,3%	9	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	<b>112</b>	<b>112</b>	<b>-</b>	<b>6,3%</b>	<b>9</b>	
<b>Irlanda</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	<b>2 114</b>	<b>1 687</b>	<b>-</b>			

## Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Caixa	-	-
Depósitos em instituições de crédito	603	677
<b>Total</b>	<b>603</b>	<b>677</b>

## Nota 10 - Outros Ativos Fixos Tangíveis e Inventários

A Companhia possui ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Equipamento</b>	<b>333</b>	<b>320</b>
Equipamento administrativo	203	203
Máquinas e ferramentas	8	8
Equipamento informático	51	51
Instalações interiores	1	1
Despesas edifícios arrendados	67	54
Outras imobilizações corpóreas	3	3
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>-180</b>	<b>-134</b>
<b>Imparidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>153</b>	<b>186</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>147</b>	<b>-</b>	<b>147</b>
Adições	92	-	92
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-53	-	-53
Abates/ vendas	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>186</b>	<b>-</b>	<b>186</b>
Adições	13	-	13
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-46	-	-46
Abates/ vendas	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>153</b>	<b>-</b>	<b>153</b>

## Nota 11 - Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os ativos afetados e não afetados às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

2012	(milhares de euros)		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	522	81	603
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 835	-	10 835
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 345	-	4 345
Investimentos a deter até à maturidade	2 019	-	2 019
Outros ativos tangíveis	-	53	53
Outros ativos	-	11 584	11 584
<b>Total</b>	<b>17 721</b>	<b>11 718</b>	<b>29 439</b>

2011	(milhares de euros)		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	677	-	677
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 242	-	10 242
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 684	-	4 684
Investimentos a deter até à maturidade	2 469	-	2 469
Outros ativos tangíveis	-	186	186
Outros ativos	-	13 486	13 486
<b>Total</b>	<b>18 072</b>	<b>13 672</b>	<b>31 744</b>

## Nota 12 – Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de ativos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O saldo das rubricas de Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Outros Intangíveis</b>	<b>3 611</b>	<b>3 257</b>
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	3 210	2 517
Software	367	367
Intangíveis em curso	34	373
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>-1 651</b>	<b>-930</b>
Imparidades	-	-
<b>Total Líquido</b>	<b>1 960</b>	<b>2 327</b>

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>882</b>	<b>-</b>	<b>759</b>	<b>1 641</b>
Adições	470	11	1 222	1 703
Amortizações do exercício	-512	-69	-	-581
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	1 412	196	-1 608	-
Abates	-436	-	-	-436
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1 816</b>	<b>138</b>	<b>373</b>	<b>2 327</b>
Adições	51	-	303	354
Amortizações do exercício	-652	-69	-	-721
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	642	-	-642	-
Abates	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>1 857</b>	<b>69</b>	<b>34</b>	<b>1 960</b>

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis</b>	<b>721</b>	<b>581</b>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	36	29
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	476	383
Gastos administrativos	209	169
Gastos financeiros		
Outros	-	-

## Nota 13 – Outros Ativos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

### Ativos e Ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Ativo Bruto</b>	<b>892</b>	<b>799</b>
Tomadores de seguro		
-Recibos por cobrar	728	729
-Reembolsos de sinistros	164	70
<b>Ajustamentos</b>	<b>-148</b>	<b>-145</b>
Recibos por cobrar	-140	-137
Créditos de cobrança duvidosa	-8	-8
<b>Ativo Líquido</b>	<b>744</b>	<b>654</b>

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Ajustamento de Recibos por Cobrar</b>		
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>145</b>	<b>70</b>
Dotações do exercício	3	75
Utilizações do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>148</b>	<b>145</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resseguradores	280	1 008
Ressegurados	-	-
<b>Total</b>	<b>280</b>	<b>1 008</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Ativo Bruto</b>	<b>353</b>	<b>632</b>
Gestão por conta IDS e representadas	290	601
APS	7	17
Outros valores a receber	56	14
<b>Ativo Líquido</b>	<b>353</b>	<b>632</b>

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
<b>Gastos Diferidos</b>	<b>102</b>	<b>232</b>
-Seguros	-	1
-Rendas	8	8
-Outsourcing	94	223
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>232</b>

## Passivos e Provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	30	16
Mediadores de seguro	-	-
-Comissões a pagar	-	-
-Contas correntes	-	-
Co-seguradoras	-	-
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>16</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Resseguradores	317	619
Ressegurados	-	-
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>619</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Entidades relacionadas	5	14
Outros fornecedores de bens e serviços	324	785
Outros valores a pagar	-	20
<b>Total</b>	<b>329</b>	<b>819</b>

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
<b>Acréscimo de Custos</b>	<b>743</b>	<b>771</b>
Custos com pessoal (subsídios, encargos e bônus)	96	188
Fornecimentos e serviços externos	647	583
<b>Total</b>	<b>743</b>	<b>771</b>

## Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto, são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	132	-	50	-	82	-
Incêndio e outros danos	216	191	28	14	188	177
Automóvel	18 244	20 421	-925	257	19 169	20 164
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2 663	2 744	-90	234	2 753	2 510
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21 255</b>	<b>23 356</b>	<b>-937</b>	<b>505</b>	<b>22 192</b>	<b>22 851</b>

Os prémios brutos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	4	-	-	-	4	-
Incêndio e outros danos	17	14	-	-	17	14
Automóvel	7 248	9 274	-598	86	7 846	9 188
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2 263	2 470	-128	211	2 391	2 259
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9 532</b>	<b>11 758</b>	<b>-726</b>	<b>297</b>	<b>10 258</b>	<b>11 461</b>

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não-Vida de 2012, conforme formato requerido pelo ISP, é analisado como segue:

(milhares de euros)					
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	132	82	33	697	-4
Incêndio e outros danos	216	188	221	99	-17
Automóvel					
Responsabilidade civil	13 102	13 667	11 769	4 544	787
Outras coberturas	5 142	5 502	4 093	2 313	-133
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	2 663	2 753	-	751	-2 391
Diversos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21 255</b>	<b>22 192</b>	<b>16 116</b>	<b>8 404</b>	<b>-1 758</b>
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>21 255</b>	<b>22 192</b>	<b>16 116</b>	<b>8 404</b>	<b>-1 758</b>

## Nota 16 - Rendimentos/ Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Juros</b>	<b>589</b>	<b>644</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	379	345
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	126	165
Depósitos, empréstimos e outros ativos	84	134
<b>Total</b>	<b>589</b>	<b>644</b>

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
De emissores públicos	169	176
De outros emissores	335	334
<b>Ações</b>		
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Depósitos	60	134
Empréstimos e outros ativos	25	-
<b>Total</b>	<b>589</b>	<b>644</b>

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Custos imputados à função investimentos	11	11
Juros de acordos de recompra	29	21
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>32</b>

## Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respetivas categorias são como segue:

	(milhares de euros)					
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Financeiros - Não ao Justo Valor através de Resultados</b>	<b>191</b>	<b>-1</b>	<b>190</b>	<b>44</b>	<b>-11</b>	<b>33</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	191	-1	190	36	-11	25
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	8	-	8
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>-1</b>	<b>190</b>	<b>44</b>	<b>-11</b>	<b>33</b>

## Nota 20 - Outros Rendimentos e Gastos

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Outros Rendimentos Técnicos</b>	<b>1 219</b>	<b>901</b>
Gestão por conta de sinistros	1 219	901
<b>Outros Gastos Técnicos</b>	<b>1 403</b>	<b>996</b>
Gestão por conta de sinistros	1 403	996
<b>Valor do Ganhos e Perdas</b>	<b>-184</b>	<b>-95</b>

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Outros Rendimentos Não Técnicos</b>	<b>90</b>	<b>88</b>
Correções e acertos	77	75
Outros ganhos	13	13
<b>Outros Gastos Não Técnicos</b>	<b>80</b>	<b>472</b>
Donativos	1	-
Correções e acertos	58	-
Outros gastos	5	464
Serviços bancários e juros de mora	16	8
<b>Valor do Ganhos e Perdas</b>	<b>10</b>	<b>-384</b>

O montante de Outros gastos em 2011 corresponde essencialmente ao abate de sistemas informáticos descontinuados e não totalmente amortizados.

## Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)										
2012	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	108	15%	458	65%	138	20%	-	-	704	100%
Fornecimentos e serviços externos	533	7%	5 816	81%	854	12%	4	-	7 207	100%
Impostos	-	-	-	-	225	100%	-	-	225	100%
Amortizações	40	5%	507	66%	219	29%	1	-	767	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos	-	-	-	-	-	-	6	100%	6	100%
<b>Total</b>	<b>681</b>	<b>8%</b>	<b>6 781</b>	<b>76%</b>	<b>1 436</b>	<b>16%</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>8 909</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros)										
2011	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	127	17%	477	64%	141	19%	-	-	745	100%
Fornecimentos e serviços externos	418	6%	6 212	83%	877	12%	4	-	7 511	100%
Impostos	-	-	-	-	244	100%	-	-	244	100%
Amortizações	34	5%	416	66%	183	29%	1	-	634	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos	-	-	-	-	-	-	6	100%	6	100%
<b>Total</b>	<b>579</b>	<b>6%</b>	<b>7 105</b>	<b>78%</b>	<b>1 445</b>	<b>16%</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>9 140</b>	<b>100%</b>

Os montantes dos Custos com pessoal são analisados na Nota 22.

Os montantes dos Fornecimentos e Serviços Externos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Eletricidade, água e comunicações	172	297
Despesas de deslocação e representação	22	22
Rendas a alugueres	118	115
Manutenção de equipamento	232	221
Cobrança de prémios	204	228
Publicidade, <i>outsourcing</i> , consultadorias e trabalhos especializados	6 328	6 508
Outros serviços e fornecimentos diversos	131	120
<b>Total</b>	<b>7 207</b>	<b>7 511</b>

Os montantes dos Impostos e taxas são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Imposto de selo	1	-
Taxa para o ISP	51	57
Taxa para os Governos Cívicos	162	176
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	11	11
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>244</b>

Os montantes das Amortizações são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	652	512
Software	69	69
Equipamento informático	5	15
Equipamento administrativo e máquinas	41	38
<b>Total</b>	<b>767</b>	<b>634</b>

Os montantes de Outros Custos, em 2012 e 2011, são referentes a comissões de gestão de carteira de investimentos.

A rubrica de ganhos e perdas de Custos e Gastos de Exploração Líquida é decomposta como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Custos de aquisição	-	-
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	6 781	7 105
Outros custos de aquisição	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	187	-101
Gastos administrativos	-	-
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	1 436	1 445
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1 797	-2 814
<b>Total</b>	<b>6 607</b>	<b>5 635</b>

## Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2012	2011
Diretor	1	1
Gestor	2	2
Técnico	6	5
Especialista	1	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>8</b>

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Remunerações - órgãos sociais	33	33
Remunerações - pessoal	536	576
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	3	3
Encargos sobre remunerações - pessoal	108	112
Benefícios de cessação de emprego	2	-
Seguros obrigatórios	7	7
Gastos de ação social	7	6
Formação	6	5
Outros gastos com pessoal	2	3
<b>Total</b>	<b>704</b>	<b>745</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2012 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas perfizeram o montante de 8,4 milhares de euros.

## Nota 24 - Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2008 a 2012, pelo que não houve lugar a apuramento de imposto corrente e derrama. De igual forma, e por prudência, também não foi calculado imposto diferido ativo sobre estes valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)				
Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2008	10 905	-	10 905	2 014
2009	7 548	-	7 548	2 015
2010	8 004	-	8 004	2 014
2011	3 885	-	3 885	2 015
2012	3 009	-	3 013	2 017
<b>Total</b>	<b>33 351</b>	<b>-</b>	<b>33 355</b>	

A Companhia não foi ainda objeto de qualquer inspeção pela DGI, estando sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2012 e 2011 explica-se como segue:

	2012		2011	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	103	-	52	-
Retenção de imposto na fonte	-	40	-	20
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	391	-	440
Contribuições para a segurança social	-	6	-	11
Tributos das autarquias locais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>437</b>	<b>52</b>	<b>471</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

Rubricas	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Títulos	6	284	-	-	6	284
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>284</b>

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 foram reconhecidos como segue:

2012	(milhares de euros)			
	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
<b>Imposto Corrente</b>	-	-	-9	-9
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-9	-9
<b>Imposto Diferido</b>	<b>-278</b>	-	-	<b>-278</b>
Títulos	-278	-	-	-278
<b>Total</b>	<b>-278</b>	<b>-</b>	<b>-9</b>	<b>-287</b>

2011	(milhares de euros)			
	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
<b>Imposto Corrente</b>	-	-	-12	-12
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-12	-12
<b>Imposto Diferido</b>	<b>7</b>	-	-	<b>7</b>
Títulos	7	-	-	7
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-12</b>	<b>-5</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resultado antes de impostos	-2 990	-4 288
Taxa de imposto	25,0%	25,0%
<b>Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial</b>	<b>748</b>	<b>1 072</b>
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	-752	-971
Benefícios fiscais	5	5
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-278	-99
Imposto Autónomo	-9	-12
<b>Imposto Corrente + Diferido</b>	<b>-287</b>	<b>-5</b>

## Nota 25 - Capital

O capital da LOGO, de 20 milhões de euros representado por 4 milhões de ações de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 7,5 milhões de euros em 2007 e 12,5 milhões de euros em 2008.

Ao longo de 2009, 2010, 2011 e 2012, o acionista único reforçou os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 3,9, 8,5, 5,1 e 2,0 milhões de euros, respetivamente.

## Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ ou em exercícios anteriores.

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

### Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Reservas de justo valor de ativos financeiros	-23	-1 070
Reserva por impostos diferidos	6	284
Outras reservas	-	-
Reserva legal	-	-
Reservas livres	-	-
<b>Reservas</b>	<b>-17</b>	<b>-786</b>

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Títulos de rendimento variável	-	-
Títulos de rendimento fixo	-23	-1 070
<b>Reservas de Justo Valor</b>	<b>-23</b>	<b>-1 070</b>

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	10 741	11 547
Imparidade	-	-400
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	10 741	11 147
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	10 835	10 242
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	94	-905
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para investimentos detidos até à maturidade	-117	-165
Impostos diferidos e correntes	6	284
<b>Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos</b>	<b>-17</b>	<b>-786</b>

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
<b>Saldo a 01 de Janeiro</b>	<b>-786</b>	<b>-768</b>
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	1 047	-25
Imparidade reconhecida no ano	-	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-278	7
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>-17</b>	<b>-786</b>

## Nota 27 - Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-2 999	-4 300
Número de ações (final do exercício)	4 000 000	4 000 000
<b>Resultados por Ação (em euros)</b>	<b>-0,75</b>	<b>-1,08</b>

## Nota 29 - Transações entre Partes Relacionadas

O capital da LOGO é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a LOGO e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, resseguro e serviços de *call center*. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o montante global dos ativos e passivos da LOGO que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	2012				2011			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO	2 550	3 041	246	79	3 925	2 964	263	146
BESLEASING	-	7	-	-	-	7	1	-
E. S. SERVIÇOS 2, ACE	-	133	1 380	-	-	236	1 470	-
E.S. CONTACT CENTER	-	-	118	-	-	-	239	-
E.S. FINANCIER	-	-	-	-	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-2 395	-	-	-	-2 259
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS	-	-	25	-	-	-	26	-
TOP ATLÂNTICO	-	-	1	-	-	-	5	-
TRANQUILIDADE	8 056	5	-8 411	-7 626	8 579	14	-11 047	-8 926
<b>Total</b>	<b>10 606</b>	<b>3 186</b>	<b>-6 642</b>	<b>-9 942</b>	<b>12 504</b>	<b>3 221</b>	<b>-9 043</b>	<b>-11 039</b>

## Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

## Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2012	2011
Ativos tangíveis (valor bruto)	9	9
Amortizações acumuladas	-9	-9
<b>Ativos Tangíveis (Valor Líquido)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Credores - Fornecedores de Bens</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 meses	4 a 12 meses	+1 a 5 anos
Contratos de locação financeira	-	1	2
Contratos de locação operacional	6	16	40

## Nota 37 - Outras Informações

### Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

#### Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2012

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

#### IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros", com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

## **IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes**

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

### **A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

#### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras**

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance da Companhia.

#### **IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados**

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto.

Adicionalmente, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido. Esta situação não terá impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

#### **IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos financeiros: divulgações – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Companhia espera que a adoção das alterações à IFRS passem a exigir maior extensão as divulgações sobre direitos de compensação.

#### **IAS 32 (Alterada) – Instrumentos financeiros: apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

#### **IAS 27 (Alterada) – Demonstrações financeiras separadas**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas. As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades. Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Esta alteração não terá qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado. O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 11 – Acordos conjuntos**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige

que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e contabilize-os em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

### **IAS 28 (Alterada) – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não espera qualquer nas suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

### **IFRS 13 – Mensuração ao justo valor**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Companhia está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá impacto, se algum.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia**

#### **Entidades de investimento – alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como uma entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **Melhoramentos às IFRS (2009–2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

##### **• IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

##### **• IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis**

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

##### **• IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

##### **• IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar**

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não terá impactos decorrentes da adoção destas alterações.

#### **IFRS 9 – Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

# Anexo 1 - Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores de euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
<b>1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>							
1.1 - Títulos nacionais							
BES PL 5,875% 11/15		300 000,00	102,48%	99,7%	298 995,00	103,3%	310 005,25
BESPL 3,375% 02/15		350 000,00	98,05%	99,8%	349 411,30	101,0%	353 438,32
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>650 000,00</b>			<b>648 406,30</b>		<b>663 443,57</b>
1.2 - Títulos estrangeiros							
ESPIRITO SANTO FINANCIER 7% 05/31/13		500 000,00	101,25%	99,8%	498 750,00	105,4%	526 770,55
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>500 000,00</b>			<b>498 750,00</b>		<b>526 770,55</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1 150 000,00</b>			<b>1 147 156,30</b>		<b>1 190 214,12</b>
<b>2 - OUTROS</b>							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 3,35% 10/15/15 HTM REPO		600 000,00	94,02%	93,9%	563 182,82	94,7%	568 365,33
PT OT 4,35% 10/16/17 HTM REPO		500 000,00	92,59%	92,5%	462 433,05	93,5%	467 470,76
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>1 100 000,00</b>			<b>1 025 615,87</b>		<b>1 035 836,09</b>
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3,5% 07/13 HTM		500 000,00	98,67%	94,9%	474 567,80	100,4%	501 774,90
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>500 000,00</b>			<b>474 567,80</b>		<b>501 774,90</b>
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3,25% 01/15 HTM REPO		500 000,00	93,12%	92,8%	464 247,52	96,2%	481 161,51
BRISA 6,875% 04/18		500 000,00	105,31%	99,5%	497 505,00	107,0%	535 041,03
CXGD 4,25% 01/20 REPO		750 000,00	91,93%	99,7%	747 437,16	95,9%	718 961,07
EDP FINANCE 3,25% 03/15		500 000,00	100,03%	99,7%	498 566,41	102,6%	513 035,96
EDP FINANCE 5,75% 09/17		500 000,00	107,10%	99,6%	497 916,25	108,7%	543 455,48
PORTUGAL TELECOM 5,875% 04/18		800 000,00	103,26%	99,8%	798 260,00	104,5%	835 697,53
Dep Prazo EUR BES					327 009,00		327 167,96
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					1 750 000,00		1 750 182,29
Dep Prazo EUR POPULAR					1 303 000,00		1 303 421,67
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>3 550 000,00</b>			<b>6 883 941,34</b>		<b>7 008 124,50</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>5 150 000,00</b>			<b>8 384 125,01</b>		<b>8 545 735,49</b>
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMUNIDAD MADRID 4,75% 03/15 REPO		500 000,00	97,82%	99,8%	499 159,54	101,5%	507 557,22
FROB 3% 11/16/14 REPO		500 000,00	99,20%	100,0%	499 764,25	99,5%	497 701,03
INSTITUT CREDITO OFICIAL 4,125% 09/28/17		500 000,00	98,49%	99,9%	499 580,00	99,6%	497 761,64
PARPUBLICA 4,191% 10/14		500 000,00	98,53%	95,3%	476 500,00	99,4%	497 045,64
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>2 000 000,00</b>			<b>1 975 003,79</b>		<b>2 000 065,53</b>
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABERTIS INFRA 4,625% 10/16		500 000,00	105,23%	104,4%	521 850,00	106,2%	531 076,78
BBVA 3,5% 12/17		500 000,00	100,19%	100,0%	500 000,00	100,4%	502 186,58
CAIASTUR 3,5% 10/13		200 000,00	99,89%	100,0%	199 928,00	100,7%	201 384,96
DAIMLER 1,75% 01/20		500 000,00	99,83%	99,5%	497 250,00	100,0%	500 108,90
METRO FINANCE 2,25% 05/18		100 000,00	101,84%	99,5%	99 488,00	102,0%	101 963,29
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 3,25% 04/19		250 000,00	103,45%	99,4%	248 495,00	104,3%	260 640,68
PORTUGAL TELECOM 4,375% 03/17		500 000,00	101,18%	101,0%	504 750,00	104,6%	522 780,68
SANTANDER FLOAT 13		700 000,00	99,99%	100,0%	700 000,00	100,1%	700 904,79
SOCIETE GENERALE 1% 12/19/17		500 000,00	99,85%	99,6%	498 085,00	99,9%	499 404,38
TELEFONICA 3,661% 18/09/2017		250 000,00	104,06%	100,0%	249 960,68	105,1%	262 765,34
TERNA 2,875% 02/18		400 000,00	103,17%	99,7%	398 944,00	103,8%	415 078,52
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>4 400 000,00</b>			<b>4 418 750,68</b>		<b>4 498 294,90</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>6 400 000,00</b>			<b>6 393 754,47</b>		<b>6 498 360,43</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>11 550 000,00</b>			<b>14 777 879,48</b>		<b>15 044 095,92</b>
<b>3 - Total Geral</b>	<b>0</b>	<b>12 700 000,00</b>			<b>15 925 035,78</b>		<b>16 234 310,04</b>

---

**08.** Divulgação das Políticas  
de Remuneração

---

## 08. Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

### Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

#### 1. Política de Remuneração

##### 1.1. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

###### a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da LOGO é, nos termos previstos no Artigo 25º do Contrato de Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, sendo a mesma objeto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

###### b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da LOGO não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

##### 1.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 16º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

##### 1.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 27º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

##### 1.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo DL n.º 224/2008, de 20 de novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

##### 1.5. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Contrato de Sociedade, constituído por cinco membros, dos quais um é designado Presidente pela Assembleia Geral.

Todos os membros desempenham, no âmbito do Conselho de Administração, funções executivas.

###### a) Remuneração

Os membros do Conselho de Administração podem auferir uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano, à qual pode ainda acrescer uma remuneração variável de acordo com os critérios e condições definidos na política de remuneração aprovada em Assembleia Geral.

Com exceção da atribuída ao seu Presidente, todos os membros do Conselho de Administração auferirão a mesma remuneração fixa. Apenas a parte variável poderá ser distinta.

Importa contudo salientar que, até à data, todos os membros do Conselho de Administração têm desempenhado funções não remuneradas ao serviço da LOGO.

###### b) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

Os critérios e condições de atribuição de qualquer remuneração variável, quando existente, serão em tudo idênticos aos previstos para as restantes empresas do Grupo Tranquilidade, designadamente:

- i. A remuneração variável será referente ao desempenho de curto prazo;
- ii. A remuneração variável será calculada no início de cada ano, em função do cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.
- iii. O valor da remuneração variável será proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos;
- iv. O valor da remuneração variável a distribuir pelos membros dos órgãos sociais ficará sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 25º do Contrato de Sociedade, que será a partir deste ano fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

A remuneração variável, quando existente, será paga nos termos e condições que vierem a ser definidos na Política de Remunerações em vigor, podendo o pagamento de uma parte da mesma ser diferido no tempo.

###### c) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros do Conselho de Administração assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado Líquido do Exercício;
- Rentabilidade dos Capitais Próprios;
- Rácio Combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

###### d) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

**e) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos**

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

**f) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício**

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração da LOGO relacionadas com a cessação das suas funções.

**g) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração**

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração da LOGO, em caso de destituição sem justa causa.

**h) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.**

Não são atribuídos aos membros do Conselho de Administração da LOGO quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

**2. Regime complementar de pensões ou de reforma antecipada**

Os Administradores da Seguros LOGO, em virtude de desempenharem idêntico cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade são beneficiários de um fundo de pensões denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., cujo regulamento foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade S.A., realizada em 27 de fevereiro de 2007.

As principais características do referido fundo de pensões encontram-se descritas na Política de Remunerações dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

**3. Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores**

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada em Assembleia Geral.

**4. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da LOGO durante o ano de 2012**

(milhares de euros)

	LOGO		
	Fixa	Variável	Total
<b>Conselho de Administração</b>			<b>0,0</b>
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	---	---	0,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	---	---	0,0
António Miguel Natário Rio-Tinto	---	---	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	---	---	0,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	---	---	0,0
<b>Conselho Fiscal</b>			<b>20,4</b>
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Pres.)	8,4	---	8,4
João Faria Rodrigues	6,0	---	6,0
Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura	6,0	---	6,0
<b>Total Remunerações</b>	<b>20,4</b>	<b>---</b>	<b>20,4</b>

Conforme definido na alínea a) do ponto 1.5 da presente Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, aos membros do Conselho de Administração não foram pagas, no ano 2012, quaisquer remunerações pelo exercício das respetivas funções.

**Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”**

**1. Âmbito de aplicação da Política de Remuneração**

Nos termos previstos na Norma nº. 5/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Diretor Coordenador, Diretor-adjunto, Diretor de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direções de Risco Global e Controlo Interno e Direção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular nº. 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade, por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da LOGO, os Colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos Colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

## 2. Processo de aprovação da Política de Remuneração

### a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente o Diretor Geral e diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

### b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

### c) Composição do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

### d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

## 3. Remuneração

### a) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a atividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

### b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média na Companhia, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

Em termos individuais, o peso da remuneração variável a considerar para cada ano não deverá exceder os 30% do valor total da remuneração.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os Colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

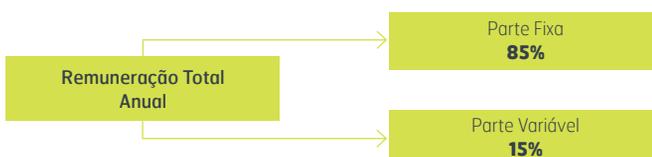
### c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa pode representar, em média, aproximadamente 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da LOGO, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

### d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá, em média, um peso de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado à Direção/ área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento;

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da RVA consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido conseqüentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo.

### e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração, assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidado do risco
- Espírito de Equipa
- Visão Estratégica
- Planeamento, Organização e Controlo
- Orientação para o Cliente
- Capacidade de negociação
- Conhecimento dos Produtos e Serviços

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidadoso do risco
- Espírito de Equipa
- Visão Estratégica
- Planeamento, Organização e Controlo

#### **4. Outros benefícios atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”**

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o setor segurador.

#### **5. Ampliação do âmbito de aplicação da presente Política de Remuneração**

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da LOGO, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

# Anexo 1 – Declaração de Cumprimento (n.º 1 do artigo 4º da Norma 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
<b>I. Princípios Gerais</b>			
I.1	Adoção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos Clientes;		
I.2	Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;		
I.3	Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os Colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidade e competências.		
<b>II. Aprovação da Política de Remunerações</b>			
II.1	Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso da sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;		
II.2	Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos Colaboradores;		
II.3	Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;		
II.4	A PR deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;		
II.5	Divulgação aos Colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação;		
<b>III. Comissão de Remuneração (CR)</b>			
III.1	A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;		
III.2	Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;		
III.3	Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;		Não aplicáveis
III.4	A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;		
III.5	A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.		
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas</b>			
IV.1	A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade;		Não aplicáveis
IV.2	Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.		(Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções)
IV.3	Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)</b>			
IV.4			
IV.5			
IV.6			Não aplicáveis
IV.7			(Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções)
IV.8			
IV.9			
<b>IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos</b>			
IV.10			Não aplicável (Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções)
<b>IV. Órgão de Administração – Indemnizações em caso de destituição</b>			
IV.11			
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável</b>			
V.1			
V.2			Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Seguros LOGO, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável</b>			
V.3			
V.4			Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5			
<b>V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável</b>			
V.6			O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7			Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que exerçam funções-chave</b>			
V.8			
V.9			
<b>VI. Avaliação da Política de Remuneração</b>			
VI.1			
VI.2			
VI.3			
<b>VII. Grupos Financeiros</b>			
VII.1			
VII.2			Não aplicável no caso específico da Seguros LOGO. Estas recomendações são avaliadas relativamente à Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
VII.3			
VII.4			

09.

## Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA  
Revisor Oficial de Contas N.º 312

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **SEGUROS LOGO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 29.439 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.789 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.999 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SEGUROS LOGO, S.A** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

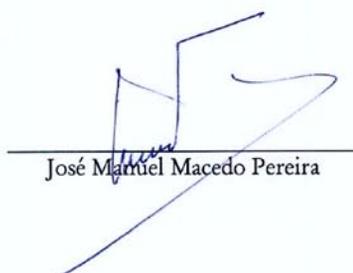
#### ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:

- ♦ Tal como referido no ponto 2.4.8 (Capital Próprio e Margem de Solvência) do Relatório do Conselho de Administração, o capital próprio da Companhia não cumpre os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não obstante, a Companhia apresenta uma taxa de cobertura da Margem de Solvência de 103,5% (105,5% em 2011) face ao exigido pelas disposições regulamentares para o exercício da actividade seguradora.

Lisboa, 12 de Março de 2013



\_\_\_\_\_  
José Manuel Macedo Pereira

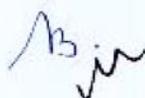
## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Acionista da  
**SEGUROS LOGO, S.A.**,

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **SEGUROS LOGO, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2012, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das ações de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

O Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu no decorrer do ano 2012 com o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguros. Em matéria de Solvência II foi, ainda, efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do respetivo programa (Roadmap) previamente definido.



No exercício de 2012 realce, ainda, para o reforço dos fundos próprios através do aumento de Prestações Acessórias realizadas pelo acionista único, no montante de 2.000 milhares de euros. No entanto, é de referir que, os atuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da atividade seguradora se encontrar ultrapassado, conforme evidenciado pelo rácio de solvência (102,7% em 2010, 105,5% em 2011 e 103,5% em 2012).

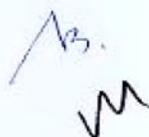
Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2012 procedemos à apreciação do respetivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Companhia durante o ano findo em 31 de dezembro de 2012.

Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2012, datada de 12 de março de 2013, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das ações de fiscalização exercidas e acima resumidas, e em consonância com as respetivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da **SEGUROS LOGO, S.A.** aprove:

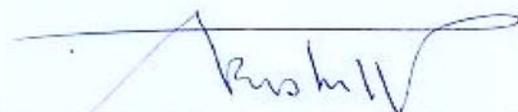
- a) O Relatório de Gestão, datado de 5 de março de 2013, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração;



- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos negativos do exercício de 2012, no montante de 2.999.033,40 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 15 de março de 2013

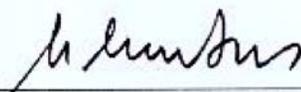
**O Conselho Fiscal**



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal

# LOGO<sup>®</sup>



**AUTO**



**CASA**



**SAÚDE**

